

**O ATLÂNTICO QUE NOS UNE E NOS
SEPARA: CINCO DÉCADAS DE
RELAÇÕES LUSO-AFRO-BRASILEIRAS
(1960-2010) – UM BREVE BALANÇO**
THE ATLANTIC THAT UNITES AND SEPARATES
US: FIVE DECADES OF LUSO-AFRO-BRAZILIAN
RELATIONS (1960 -2010) - A BRIEF BALANCE

Adriano de Freixo*

Resumo: Até a década de 50 do século XX, as relações Brasil-Portugal-África eram norteadas pelas ideias da “comunhão espiritual” e da “fraternidade luso-afro-brasileira”, que se traduziam na defesa dos interesses coloniais portugueses pela diplomacia brasileira nos inúmeros fóruns e organizações internacionais. Além disso, desde meados daquela década, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre havia se tornado a ideologia oficial do colonialismo luso. Essa postura foi sendo gradativamente superada no âmbito da nossa política externa, entre o início dos anos 60 e meados dos anos 70 do século passado, como resultado não só do avanço das lutas pela independência da África Portuguesa e das mudanças políticas que se processaram em Portugal, mas principalmente devido ao choque que ocorre entre tais posições e os interesses do Estado brasileiro e de importantes segmentos da sociedade, no momento em que o país vivenciava um acelerado processo de crescimento econômico decorrente do projeto desenvolvimentista.

Palavras-chave: Relações luso-afro-brasileiras. Política colonial portuguesa. Descolonização. Lusotropicalismo.

Abstract: Until the 1950s, Brazil-Portugal-Africa relations were guided by ideas of “spiritual communion” and “Luso-Afro-Brazilian fraternity”, which were embodied by the preservation of Portuguese interests as a colony by the Brazilian diplomacy in the numerous forums and international organizations. Furthermore, since the half of that decade, Gilberto Freyre’s Portuguese-tropicalism had become the official ideology of Portuguese colonialism. This position was gradually surpassed in the context of our foreign policy between the early 1960s and the mid-1970s, as a result not only of the progress of the struggles for the independence of Portuguese Africa and by the political changes that took place in Portugal, but especially due to the shock that occurred between such positions and the interests of the Brazilian State and important

* Doutor em História Social (UFRJ) e professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF), onde coordena o curso de graduação em Relações Internacionais e o Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, atuando também nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) e Ciência Política (PPGCP). E-mail: adrianofreixo@id.uff.br

sections of society, at a time when the country was experiencing an accelerated process of economic growth resulting from the developmentalist project.

Keywords: Luso-Afro-Brazilian Relations. Portuguese Colonial Politics. Decolonization. Lusotropicalism.

1 Introdução

Em 1962, em artigo publicado na revista *Senhor*, o historiador José Honório Rodrigues (1962, p. 21) afirmava que

[...] Portugal tem sobrevivido na África à custa da habilidade de seus diplomatas, da proteção dos seus aliados e, ultimamente, do apoio da OTAN e do Brasil. Mas, recentemente, nem a Inglaterra nem os Estados Unidos revelam disposições de acompanhar Portugal na questão colonial.

Tal opinião era expressa no momento em que o Brasil começava a deixar de lado a sua tradicional postura de apoio ao colonialismo português – bastante marcante no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) –, no bojo da Política Externa Independente (PEI), iniciada no governo de Jânio Quadros (1961) e aprofundada por seu sucessor, João Goulart (1961-1964).

Com um discurso marcado por uma forte carga emocional, setores significativos das elites políticas brasileiras – dentre os quais se encontravam JK e alguns de seus colaboradores mais próximos – defendiam a ideia da “fraternidade luso-brasileira” e da existência de uma “afetividade histórica” entre os dois países. Tais concepções, somadas a certa afinidade ideológica, no campo do conservadorismo anticomunista, e ao peso político das comunidades portuguesas no Brasil, levaram o governo Juscelino a deixar de lado alguns dos princípios da sua política externa – como a defesa da autodeterminação dos povos – e a apoiar sistematicamente o colonialismo português nos fóruns internacionais, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos principais sustentáculos internacionais da política colonial salazarista (RAMPINELLI, 2004), em uma perspectiva cujas bases discursivas eram as teses sobre o lusotropicalismo e sobre o “modo português de estar no mundo” do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre:

Com Kubitschek (que nunca escondeu sua admiração por Salazar, que, como tantos outros observadores estrangeiros, não confundia com o regime) na presidência do Brasil, e numa época em que os movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas – agora denominadas ‘províncias ultramarinas’ – não tinham ainda passado à violência para obter seus fins, aí estavam as condições reunidas para uma cooperação estreita entre os dois países, sob o signo intelectual de Gilberto Freyre (MENESES, 2011, p. 30).

Isso ocorria apesar de, muitas vezes, o apoio a Portugal ir contra os interesses nacionais brasileiros. Um bom exemplo foi a questão envolvendo a produção cafeeira em Angola, que concorria diretamente com a produção brasileira. Além da recusa portuguesa em assinar um acordo internacional sobre o café, que fixasse cotas para as áreas produtoras, os produtos

coloniais entravam em condições mais vantajosas nos mercados europeus, por conta dos acordos de livre-comércio assinados entre Portugal e o Mercado Comum Europeu (MCE).

Esta noção de uma relação diferenciada com Portugal permaneceria até no período inicial da PEI, quando, mesmo assumindo uma postura anticolonialista mais firme, o Brasil se absteve de votar na ONU a favor de um pedido de informações a Portugal sobre a situação de Angola, após um apelo feito pelo presidente português, Almirante Américo Tomás, ao seu colega brasileiro, Jânio Quadros. Nas palavras do chanceler Afonso Arinos de Melo Franco (1962, p. 58), “mais uma vez a técnica do sentimentalismo, tão bem utilizada pela diplomacia lusa, nos levou a reboque”. Mas se com o aprofundamento da Política Externa Independente a posição brasileira se tornou mais firme na condenação a todo tipo de colonialismo, o golpe civil-militar de 1964 reverteu essa postura, já que a preocupação estratégica do governo brasileiro com a possibilidade do estabelecimento de governos de esquerda na costa atlântica da África fazia com que a possível independência das colônias portuguesas fosse vista como uma ameaça à segurança no Atlântico Sul:

Objetivando guarnecer esse flanco defensivo, reverteu-se a orientação política desenvolvida pelo governo anterior de afastar o país do regime português de Salazar, devido à sua obstinação em manter o império colonial a salvo do processo de descolonização. Movido pelo interesse geopolítico de assegurar o arquipélago de Cabo Verde e Angola adstritos ao bloco ocidental, o governo Castelo Branco buscou a reaproximação com o governo português. Após as visitas mútuas do chanceler português Franco Nogueira e do chanceler brasileiro Juracy Magalhães, foi restabelecido o ‘status quo ante’, o que proporcionou ao Brasil, em troca de seu apoio ao sistema colonial de Portugal, a assinatura de um tratado de comércio pelo qual se lhe abriram os portos coloniais (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 220).

Tal aproximação levaria o então presidente da república, Mal. Castelo Branco, a defender a criação de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira, reafirmando a crença na “missão civilizadora” de Portugal, da qual o Brasil seria um grande exemplo (OLIVEIRA, 2005, p. 115-118), dentro da lógica da matriz de pensamento freyriana.

Porém, na mesma época em que no Brasil esboçava-se a PEI, iniciou-se em Angola – no bojo da luta anticolonial que se espalhava pela África – a guerra pela independência: em 4 de fevereiro de 1961, uma ação orquestrada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para tentar libertar os presos políticos que estavam na Cadeia de São Paulo e na Casa de Reclusão de Luanda – e a intensa repressão que se seguiu a ela – marcou o início da luta pela emancipação política da colônia. Em um curto espaço de tempo, a luta contra a metrópole colonial se estenderia às outras colônias portuguesas, prolongando-se até 1975.

Assim, Portugal, que foi a primeira potência europeia a se estabelecer na África, acabaria sendo a última a se retirar de lá. Nesse processo, o Brasil acabaria tendo um importante papel ao ser o primeiro Estado estrangeiro a reconhecer a independência de Angola e a estabelecer rapidamente relações diplomáticas e comerciais com os novos países africanos de língua portuguesa, em um novo momento da diplomacia brasileira: o do “Pragmatismo Responsável”, do

chanceler Azeredo da Silveira, durante a presidência do Gen. Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse momento, em que os postulados da PEI são retomados e aplicados em sua plenitude, a política africana de viés terceiro-mundista do Brasil chegou ao seu auge, abrindo naquele continente inúmeras possibilidades para a atuação do Estado e do setor privado brasileiros.

2 A estruturação do império colonial português

Apesar das primeiras conquistas portuguesas na África datarem dos séculos XV e XVI e de várias tentativas de consolidação do chamado “terceiro império” terem sido feitas ao longo do século XIX, o projeto imperial português somente atingiu a sua plenitude no início dos anos 30 do século passado. Foi a partir da implantação do “Estado Novo” salazarista que ocorreu uma efetiva estruturação político-administrativa do Império Colonial, que até então era precariamente organizado em todos os níveis. Essa estruturação, do ponto de vista jurídico, deu-se através da Constituição da República Portuguesa (1933) – que estabelecia a noção de “Portugal, uno e indivisível, do Minho ao Timor” – e, fundamentalmente, do Ato Colonial (1930), que garantia à metrópole o controle econômico sobre as colônias, impedindo qualquer desenvolvimento autônomo das mesmas. Desta forma, o império africano iria reproduzir tradicional função colonial de ajudar a equilibrar a balança de pagamentos da metrópole:

A subordinação a Lisboa funcionou, sem dúvida, como uma trava nas maiores economias coloniais. As divisas estrangeiras ganhas mediante exportação direta para outros países tinham de ser trocadas em Lisboa pelo escudo ou pela moeda da colônia; as divisas estrangeiras para importações diretas do estrangeiro para as colônias só se encontravam disponíveis em Lisboa, que, claro, podia rejeitar o pedido (MENESES, 2011, p. 137).

Em nome de sua “missão civilizadora”, o Estado Português também implementou uma política de exploração sistemática das populações nativas, tratadas como estrangeiras em sua própria terra, ao mesmo tempo em que, através dela, garantia condições para a ocupação e a estruturação político-administrativa dos territórios coloniais africanos. Essa prática também se constituiu em uma importante fonte de rendas para a metrópole, visto que esta “agenciava” a exportação dessa mão de obra para as companhias inglesas que exploravam minerais na Rodésia e na África do Sul.

Outra questão importante que deve ser levantada é que, embora nos termos da legislação existente houvesse a possibilidade de um nativo obter a cidadania portuguesa e o status de *civilizado*, as condições para que isso acontecesse eram extremamente restritivas: falar bem português, ser autossuficiente financeiramente, ter “bom caráter” e “comportamento apropriado” e cumprir o serviço militar obrigatório. Levando-se em consideração que, por volta de 1950, a população africana da Guiné tinha 99% de analfabetos, a de Angola 97% e a de Moçambique 98% (ENDERS, 1997), na maioria dos casos os assimilados correspondiam a menos de 1% do total da população das colônias, o que não é de se espantar, visto que na própria metrópole os índices de analfabetismo eram altíssimos e estavam bem distantes do padrão europeu.

Essa política colonial começou a ser fortemente criticada pela comunidade internacional a partir da década de 1950, como decorrência direta da intensificação das lutas pela descolonização afro-asiática. Tendo esse processo o apoio dos dois polos de poder então existentes (EUA e URSS), Portugal acabou relegado a um relativo isolamento político internacional. Porém, mesmo sofrendo essa condenação formal das principais potências (incluindo-se os EUA e os países do bloco ocidental), o Estado português conseguia fazer valer os seus interesses nos principais organismos internacionais, garantindo, inclusive, certa tolerância para com a manutenção de seu império colonial.

O forte conteúdo anticomunista do Estado Novo e o seu compromisso com o Ocidente, somados à posse de algumas áreas importantes do ponto de vista estratégico (como o arquipélago dos Açores, Angola e Moçambique que, por conta de suas localizações geográficas privilegiadas, desempenhavam um papel de certo destaque na defesa dos interesses do bloco ocidental) fizeram com que Portugal fosse aceito como membro da OTAN, logo no momento de fundação da Aliança Atlântica. Além disso, tendo pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras – europeias, norte-americanas e mesmo sul-africanas – investissem na produção e na infraestrutura, assumindo dessa forma um papel secundário em suas próprias colônias, em um modelo de “colonialismo dependente”. Isso fez com que as colônias portuguesas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional, notadamente a partir dos anos 50 do século XX.

Essas questões, exploradas com bastante habilidade por Salazar, acabaram contribuindo para minimizar as pressões internacionais contrárias ao colonialismo português, que só tiveram como efeito prático a adoção, por parte do governo português, de medidas de “maquiagem”, como, por exemplo, mudar a denominação das colônias para “Províncias Ultramarinas” ou “Territórios Ultramarinos”, a partir de 1951. Tais medidas não alteraram em nada as bases em que se assentava a dominação colonial, mas, pelo contrário, consolidaram a integração da África Portuguesa com a metrópole. Como assinalava o historiador José Honório Rodrigues, em 1962, o uso do termo “Províncias Ultramarinas” nada mais era do que um simples rótulo ou máscara com que o Estado Português pretendia “enganar os parvos deste mundo” (RODRIGUES, 1962, p. 14).

Foi nesse contexto que o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre tornou-se a ideologia oficial do colonialismo português. Até então ignorado pelas autoridades do Estado Novo – já que até a década de 1940 havia um consenso na Europa em torno da defesa do colonialismo e o discurso português sobre a questão não diferia do das demais potências coloniais –, o sociólogo pernambucano tornou-se a principal referência intelectual para os ideólogos do regime, com sua defesa das especificidades do colonialismo português.

De forma sintética, para Freyre a colonização portuguesa seria um exemplo de colonização bem-sucedida devido ao alto grau de adaptabilidade do português ao trópico, visto que ele, ao invés de deseuropeizar-se, teria se transformado em um “intermediário” entre os trópicos e a Europa, “tropicalizando-se” sem deixar de ser europeu. Sob essa perspectiva, o mundo “criado” pelos portugueses constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à “democratização social”. Na visão freyriana, “o amor

do homem pela mulher e do pai pelos filhos, acima dos preconceitos de cor, de raça e de classe”, teria conferido à mestiçagem, nas colônias portuguesas, um caráter mais humano e cristão que, ao contrário do que acontecia nas demais possessões coloniais europeias, permitiria uma intensa mobilidade social, bem como teria gerado uma forma mais branda de escravidão (CASTELO, 2000, p. 85).

Foi assim que, em meio àquele agitado período que se seguiu ao término da Segunda Grande Guerra, quando as colônias europeias viviam um período de intensa efervescência política e as pressões internacionais pela descolonização começavam a isolar politicamente Portugal, o Estado português procurou se apropriar de algumas das ideias centrais do luso-tropicalismo, utilizando-as para justificar a posse de seus territórios ultramarinos.

3 O início das lutas pela independência da África Portuguesa

A partir da década de 1960, intensificaram-se nas colônias portuguesas os movimentos de libertação em relação à metrópole, gerando as chamadas “guerras coloniais”, como as chamam os portugueses, que teriam um papel fundamental na crise do regime salazarista. A oposição à dominação portuguesa começou a ser articulada por uma pequena elite de africanos “assimilados”, com formação universitária “ocidental” – fenômeno este que não foi exclusivo do Império Português –, que organizou os primeiros movimentos de resistência.

Essas elites articularam-se, desde pelo menos o início do século, inicialmente em torno de movimentos culturais de caráter nacionalista nos quais procuravam discutir e descobrir a sua identidade cultural XX (MOURÃO, 1995, p. 95-97). Porém, foi a partir da década de 1950 que os sinais de rebelião contra a dominação portuguesa começaram a aparecer mais nitidamente, se expressando na eclosão de manifestações de contestação à dominação colonial, como em São Tomé, em 1953, quando a Polícia Salazarista foi a responsável pela morte de mais de 100 trabalhadores e camponeses em greve. Posteriormente, já no início da década de 1960, a política colonial salazarista sofreu alguns revezes, como a perda do “Estado da Índia” para a União Indiana e o sequestro do navio “Santa Maria” pelo capitão Henrique Galvão. Esse episódio culminou com o início da Guerra Colonial em Angola, pois havia a expectativa que a embarcação fosse desviada para Luanda, o que acabou desencadeando uma sequência de conflitos na mais importante das colônias africanas.

Nesse contexto, começaram a se estruturar diversos movimentos guerrilheiros que iriam iniciar, naquele momento, uma forte ofensiva contra as forças colonialistas. Assim, por volta de 1961, o número de guerrilheiros em ação em toda a África Portuguesa já superava os dez mil homens e, no mesmo ano, os movimentos rebeldes das diversas colônias davam um importante passo para a articulação de sua luta política com a criação da Conferência das Organizações Nacionalistas de Colônias Portuguesas (CONCP). Este organismo, sediado em Argel e articulado inicialmente pela União das Populações de Angola (UPA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pelo Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), teria o papel de funcionar como coordenador das diversas lutas de libertação na África Portuguesa. A CONCP, juntamente com os governos de Gana e da

Tanzânia, foi fundamental para a articulação de um movimento de libertação em Moçambique, última colônia a ter uma organização revolucionária verdadeiramente nacional, o que só iria se concretizar em 1962, com a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO):

Era claramente de grande importância para a CONCP trazer Moçambique para um movimento mais amplo e foi um êxito importante quando o conseguiu, quaisquer que fossem os problemas implícitos na criação de um movimento de libertação nacional por incitamento externo (MACQUEEN, 1998, p. 42).

Nos anos seguintes, as ações desses movimentos guerrilheiros se intensificaram, fazendo com que o Estado Português dispendesse cada vez mais homens e recursos para o combate aos revolucionários africanos. Ao mesmo tempo foram tomadas medidas de “maquiagem” para tentar conter a revolta nas colônias, tais como a supressão formal do trabalho forçado dos nativos e a ampliação das possibilidades de acesso à cidadania portuguesa.

No início da década de 60 e na sequência do começo da guerra de Angola, o Governo de Salazar realizou reformas que, em teoria, poriam termo a discriminação legal entre ‘portugueses brancos e de cor’, concedendo a nacionalidade portuguesa à população nativa e abolindo o trabalho forçado. Porém, tais reformas, sobretudo as de caráter formal, não alteraram substancialmente a política do regime. ‘Mais do que a preocupação, o verdadeiro reformismo colonial estava-se na presença de uma carapaça legal com que Portugal pudesse defender-se na ONU, na OIT, nos meios da opinião pública, de salvar as aparências sem proceder a alterações estruturais’ (MATEUS, 1999, p. 26).

Foi assim que o apoio do Brasil nos organismos internacionais tornou-se de grande importância para a ditadura salazarista. E em boa parte dos governos militares brasileiros, mesmo após o abandono da “Política da Interdependência” e do alinhamento irrestrito ao bloco ocidental que marcou o governo Castelo Branco, com a retomada dos princípios fundamentais da PEI já no governo Costa e Silva (1967-1969), a posição dúbia do governo brasileiro – condenação do colonialismo de modo geral e tolerância para com o colonialismo português – foi mantida. Assim, em 1969, o Brasil foi o único país a votar contra uma resolução condenando Portugal por não acatar as resoluções da ONU sobre o fim do colonialismo, aprovada na Conferência Internacional de Direitos Humanos.

As mudanças nesta política foram acontecendo lentamente devido às pressões internas dos grupos favoráveis a Portugal. Neste contexto, a diplomacia brasileira teve de se equilibrar entre essas pressões e as posições de inúmeros setores – inclusive da base de sustentação do governo militar – que defendiam uma nova postura em relação à África Portuguesa. Assim, em 1973, um editorial do *Jornal do Brasil* chamava a atenção do governo para a necessidade de uma tomada efetiva de posição sobre a questão, defendendo que a criação de governos autodeterminados e legítimos deveria ser estimulada pelo Brasil nas colônias portuguesas na África (SARAIVA, 1998, p. 163). Só que esta nova postura, como já assinalado, só seria efetivada durante o governo do Gen. Ernesto Geisel, quando a política brasileira para a África passou

a atender, de fato, os interesses nacionais, com o Brasil procurando criar novos vínculos com os recém-criados Estados lusófonos africanos fora daquela ideia tradicional da “Comunidade Luso-Brasileira”.

4 As guerras de independência e a crise do Estado Novo português

Com a ampliação e a difusão das lutas pela independência ao longo da década de 1960, as pressões contra o colonialismo português se intensificaram e os próprios aliados de Portugal na OTAN passaram a encarar a guerra que se prolongava nas colônias como uma ameaça aos seus interesses estratégicos na África. No entanto, a ditadura portuguesa se recusava a fazer qualquer concessão ou a entabular negociações com os movimentos de libertação: como explicitou Salazar em um célebre discurso, os portugueses manter-se-iam “orgulhosamente sós”.

Internamente, o prolongamento da guerra nas colônias africanas começou a solapar as bases de apoio do Estado Novo e fez com que parte dos setores que tradicionalmente apoiavam o regime assumisse uma postura crítica em relação a ele. Além disto, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer da década de 1960 contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio.

A entrada maciça de investimentos estrangeiros, aproveitando-se das vantagens oferecidas pela ditadura salazarista (inexistência de sindicatos livres, baixos salários), bem como a internacionalização das velhas empresas oligárquicas – que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias e que passaram a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa –, possibilitou o fortalecimento da burguesia monopolista. Esse setor começou gradualmente a se afastar do regime a partir da percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e de sua integração no mercado internacional e de que a guerra era um obstáculo aos seus interesses econômicos e ao ingresso de Portugal no Mercado Comum Europeu. Ao mesmo tempo, setores da elite militar começaram a ter a percepção de que os problemas coloniais deveriam ser resolvidos através da ação política e não da ação militar. Desta forma, a tradicional oposição portuguesa – formada por comunistas, socialistas e democratas – começou a ser engrossada por esses segmentos e, com essa composição plural, começou a se articular em torno de um programa comum: o fim da “Guerra Colonial”, a modernização do país e a democratização das forças armadas e da própria sociedade portuguesa.

Em 1968, a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970), fez com que o regime começasse a vivenciar um período de forte instabilidade política. A ascensão do novo “homem-forte” do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição ficou muito limitada pela ação dos setores mais conservadores, principalmente militares, que defendiam a continuidade da política africana de seu antecessor e a manutenção do *status quo*, frustrando assim as esperanças na liberalização do regime.

Por outro lado, faltava a Caetano a habilidade política de Salazar em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao Estado Novo, tanto interna quanto

externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características de seu governo acabaram tanto desagradando aos setores mais liberais quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita. Todos estes fatores acabaram levando à crise do Estado Novo e à sua derrubada pela Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Este movimento, levado a cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais “liberais” da elite militar portuguesa, pôs fim aos quase 50 anos de ditadura em Portugal de forma rápida e, de certo modo, inesperada, surpreendendo, inclusive, os observadores internacionais mais atentos e fazendo com que, naquele momento, o mundo se voltasse para o pequeno país ibérico e para o seu império colonial em decomposição.

Esses acontecimentos foram acompanhados com grande atenção e interesse no Brasil e não só pela numerosa comunidade portuguesa aqui existente. Os setores oposicionistas – tanto os de esquerda quanto os mais conservadores – viram com esperanças o processo revolucionário português e saudaram a queda de um regime autoritário como o que existia em nosso país. Carlos Lacerda, por exemplo, um dos principais líderes civis do golpe de 1964 e que depois passou a se opor à ditadura, escreveu um artigo celebrando o fim do regime salazarista – do qual havia sido um grande defensor – e saudando o general Spínola de quem era admirador. Publicado pela revista *Manchete* em maio de 1974, o texto do jornalista e ex-governador da Guanabara utiliza os acontecimentos em Portugal para alfinetar os militares brasileiros:

Feliz a nação em que um general usa a força e a astúcia em benefício da liberdade e não contra ela. Em que o patriotismo é inseparável do respeito aos direitos do povo. Em que não se teme o risco que toda nação tem de enfrentar para ser verdadeiramente uma nação. O risco não se deve evitar porque é preciso vencê-lo. E que só se vence quando se entende que um povo não pode viver protegido como uma criança ou um índio, seres legalmente incapazes de exercer seus direitos e enfrentar por conta própria os riscos da civilização.

Da mesma forma, intelectuais identificados com posições de esquerda, como Chico Buarque e Glauber Rocha, produziram obras – a canção *Tanto mar* e o documentário *As armas e o Povo*, respectivamente – saudando a revolução portuguesa e seus desdobramentos. Além disto também circularam no Brasil inúmeras gravações de *Grândola, Vila Morena*, a canção que serviu de senha para o 25 de abril, inclusive em versões de artistas nacionais, como Nara Leão.

O governo brasileiro, tendo à frente o general Ernesto Geisel, também estava atento ao que ocorria em Portugal e, de forte até certo ponto surpreendente, reconheceu de imediato o novo regime português e ofereceu asilo político para os chefes de Estado e governo depostos, Américo Tomás e Marcello Caetano. Embora a presença de elementos conservadores, como os generais António de Spínola e Costa Gomes, no governo provisório tenha facilitado esse movimento, a posição brasileira só pôde ser compreendida a partir dos interesses que o país tinha no continente africano e nas colônias portuguesas. No quadro geral das orientações da política externa brasileira no período, a aproximação com o terceiro mundo era de fundamental importância e a postura do Brasil em relação ao colonialismo português até então constrangia nossa relação com os países árabes e africanos. Desta forma, já em julho de 1974, mesmo antes

da conclusão das negociações entre o PAIGC e Portugal, o Brasil reconheceu a independência da Guiné Bissau e, pouco depois, o chanceler Azeredo da Silveira criticou o *apartheid* em uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Assim, o “Pragmatismo Responsável” do governo Geisel marcou uma importante guinada na política africana do Brasil, que passou a condenar veementemente toda forma de colonialismo e acabou tendo um papel decisivo ao se posicionar claramente favorável à emancipação política de Angola e ao se tornar o primeiro Estado estrangeiro a reconhecer a independência desse país, em novembro de 1975, mesmo sob a liderança de uma organização de orientação esquerdista como o MPLA. Essa postura foi muito importante para o fortalecimento da posição internacional do Brasil, particularmente entre os países do então chamado Terceiro Mundo, com o crescimento das transações mercantis não só com os países africanos, mas também com os países árabes. Segundo Sombra Saraiva (1996), o primeiro aspecto a ser considerado na decisão brasileira é o fato de que, em 24 de novembro de 1973, o Brasil foi ameaçado com o embargo do petróleo por conta de suas posições pró-Portugal na África Austral; o segundo tem relação com o contencioso Brasil-Argentina relacionado à construção de Itaipu, que seria votado na ONU e para o qual se desejava contar com o apoio da África negra; finalmente, havia a necessidade de se construir novas parcerias estratégicas, por conta do momento difícil nas relações com os Estados Unidos, envolvendo inclusive as discussões em torno do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, em 1975.

A partir de então, a política africana brasileira viveria o seu auge, que se estenderia até a década de 1980, levando inclusive à primeira visita de um chefe de Estado do Brasil àquele continente, o general João Batista Figueiredo. Enquanto isto, Portugal deixava de lado a sua histórica política atlântica e se envolvia com toda força em seu projeto de integração à Comunidade Econômica Europeia.

5 A nova política africana brasileira

Após um período de turbulências, a Revolução dos Cravos conduziu Portugal à estabilidade democrática e a uma bem-sucedida integração à Europa – pelo menos até a crise que se abateu sobre o continente a partir do final da última década e que tem afetado sobremaneira os países economicamente mais frágeis da UE, como Portugal, Espanha e Grécia. No entanto, o mesmo não se pode dizer em relação à maior parte das ex-colônias africanas: por conta das prolongadas guerras civis, como nos casos de Angola e Moçambique, ou de turbulências e instabilidades políticas, como nos da Guiné-Bissau ou São Tomé e Príncipe, os PALOP ainda estão longe de superar seus problemas estruturais e de cicatrizar as feridas deixadas pelo colonialismo e por suas divisões internas, apesar do notável crescimento econômico de alguns deles nos últimos anos.

Já o Brasil, ao longo da década de 1990, abandonou sua política africana, visto que, sob a égide do paradigma neoliberal, a nossa diplomacia passou a priorizar as relações com os países centrais:

As relações do Brasil com a África nos anos 1990 e no início do novo século foram ajustadas a um contexto atlântico, entendido pelos formuladores da política externa como menos relevante à inserção internacional do país. Para trás ficaram os anos de ativa cooperação mútua e de empreendimentos comuns sustentados na determinação do Estado brasileiro em desenvolver projetos econômicos voltados para o desenvolvimento da África, diversificando os parceiros do comércio internacional do país e subtraindo as dificuldades geradas pela vulnerabilidade energética dos anos 1970 e parte da década de 80 (SARAIVA, 2002, p. 10).

Somente no governo Lula da Silva (2003-2010) essa política foi retomada – e com bastante intensidade –, o que foi sinalizado já no início do governo petista com a realização de três viagens presidenciais, em 2003 e 2004, a vários países africanos, das diversas regiões daquele continente. Desta forma, as relações Brasil-África se expandiram para além daquelas tradicionais mantidas com os países da costa atlântica africana e se estenderam à África Central e aos países da costa do Índico. No bojo disto, abriram-se oportunidades de negócios para grandes empresas brasileiras e para o país fortalecer seu papel de liderança emergente dos países do Sul, angariando apoio para suas pretensões em relação à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Dentro desta lógica, o presidente Lula realizou 33 viagens ao continente africano ao longo de seus dois mandatos, um crescimento de 750% em relação ao seu antecessor (MILANI et al., 2015, p. 63), enquanto o seu chanceler, Celso Amorim, realizou 66 visitas. Além disto, foi criado um Departamento exclusivo para a África no Itamaraty e foram abertas diversas novas representações diplomáticas naquele continente: se em 2003 existiam 16 embaixadas na África, em 2011 esse número chegaria a 37, espalhadas por todo continente.

A presença do Brasil na outra margem do Atlântico após 2003 se deu também através de programas de cooperação internacional – levados a cabo por órgãos direta ou indiretamente ligados ao Estado, como o CNPq, a CAPES, o SEBRAE, as Forças Armadas, a EMBRAPA, o Ministério da Educação e a FIOCRUZ – e da atuação de empresas privadas brasileiras – cujos processos de internacionalização se intensificaram na década passada – que buscavam aproveitar as possibilidades de investimento proporcionadas pelo “despertar econômico da África”.

Em relação à concertação política, econômica e cultural do mundo lusófono, em 1996, havia sido criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Apesar de ter alguns brasileiros – como José Aparecido de Oliveira e o ex-presidente José Sarney – como seus principais articuladores, essa comunidade se constituiu, em seus primeiros anos, em um projeto essencialmente português, a partir da grande difusão da ideia da “lusofonia” entre amplos setores da sociedade lusitana, com certas evocações tardias do lusotropicalismo, inclusive (FREIXO, 2009). Já o outro grande ator da comunidade, o Brasil, relegou-a a um segundo plano, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), apesar da retórica em contrário.

Foi somente com a retomada da dimensão atlântica da nossa política externa durante o governo Lula que a CPLP passou a receber maior atenção por parte do Brasil, o que contribuiu para diminuir o seu esvaziamento. Neste sentido, o Brasil passou a ter, desde 2006, uma delegação

permanente junto à comunidade e os PALOP receberam um percentual bastante significativo dos recursos alocados pelo governo brasileiro para a cooperação técnica internacional, durante os dois mandatos de Lula.

Além disto, em 2010, foi criada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), uma instituição federal de ensino superior que recebe um grande número de alunos oriundos dos países lusófonos da África. Muitos estudantes dos PALOP também frequentam cursos de graduação e pós-graduação em outras universidades brasileiras através dos Programas de Estudante-Convênio (PEC-G e PC-PG), que visam a formação em nível superior, no Brasil, de cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos neste sentido.

6 Considerações finais

A passagem do Governo Lula para o governo Dilma, no início de 2011, marcou também o começo da diminuição gradativa do protagonismo internacional brasileiro da década anterior. Pode se argumentar que as linhas gerais dessa fase teriam sido lançadas por Lula e continuadas como “política de Estado” por Dilma. Mas, em todo caso, é indiscutível que a presença brasileira em temas e foros para o gerenciamento de questões internacionais reduziu-se de forma considerável, o que se refletiu, como não podia deixar de ser, na política brasileira para o continente africano, incluindo os PALOP.

No entanto, foi a ruptura ocorrida em 2016, com o *soft coup*, que afastou a presidenta reeleita, que parece, mais uma vez, ter determinado o fim de uma política africana mais ativa do Brasil. Já em seu discurso de posse como primeiro chanceler do governo Michel Temer, ainda no período da interinidade, o senador José Serra (PSDB-SP) fez duras críticas à política africana dos governos petistas e replicou o discurso dos setores mais conservadores – incluindo os grandes oligopólios midiáticos – sobre a política externa de Lula e Dilma, rotulada por eles como “partidária” e “ideológica”, como se pudesse existir qualquer política despida de ideologia ou que deixasse de transparecer a visão de mundo dos setores que estão representados no governo e na burocracia do Estado.

Além disto, as discussões para a redução de representações diplomáticas do Brasil no exterior travadas no âmbito não só do Itamaraty, mas também da Comissão de Relações Exteriores do Senado, apontam na direção da extinção de boa parte das 44 embaixadas criadas durante o governo Lula, visando à contenção de custos devido à crise econômica e fiscal do país. Isto atingiria, essencialmente, representações situadas em países africanos, que na visão de José Serra e de seu sucessor no Ministério das Relações Exteriores – o também senador pelo PSDB de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira – teriam sido criadas por motivos políticos – votos favoráveis a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – ou por “questões ideológicas”.

Assim, nesta segunda década do século XXI, estamos assistindo a um grande retrocesso na política africana brasileira e conseqüentemente nas relações com os PALOP, fazendo com que retornemos a uma situação que guarda similaridades com aquela vivida na década de 1990,

qual seja o “abandono” do continente africano – com exceção dos países com quem o Brasil mantém relações econômicas mais intensas como Angola, África do Sul e Nigéria, por exemplo –, a prioridade dada às relações com os países do norte e a diminuição da intensidade das relações sul-sul. Neste sentido, parece claro que o ciclo de protagonismo internacional brasileiro efetivamente chegou ao fim, que hoje a presença do Brasil no mundo é muito menor do que no fim da década passada e que, como no fim do século XX, a África estará presente somente nos discursos laudatórios de autoridades governamentais sobre a importância do negro na formação social brasileira, sem que isso se traduza em ações concretas no plano doméstico ou externo.

Referências

- CASTELO, Cláudia. A recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal”. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Fundação Gilberto Freyre, Recife, 2000.
- ENDERS, Armelle. *História da África Lusófona*. Mem Martins: Inquérito, 1996.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O Brasil e a questão de Angola na ONU. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 164, 1962.
- FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira (1964-1984). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.
- LACERDA, Carlos. Portugal já não está sozinho. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 52, p.18-19, 1974.
- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: Biografia Definitiva*. São Paulo: Leya, 2011.
- MILANI, Carlos R. S. et al. *Atlas da política externa brasileira*. Eduerj/Clacso: Rio de Janeiro/Buenos Aires, 2015.
- MOURÃO, Fernando Reações do nacionalismo africano em Portugal. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Espanha e Portugal: o fim das ditaduras*. São Paulo: Xamã, 1995.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

RODRIGUES, José Honório. O Brasil e o colonialismo português: revisão de uma infâmia secular. In: METZNER-LEONE, Eduardo. *O Brasil e o colonialismo português: revisão de uma infâmia secular*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1962.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 21-22, p. 115-172, 1998.

_____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora da UNB, 1996.

_____. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 2, n. 45, p. 5-25, 2002.